

POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TURISMO NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS (PR)

Luiz Fernando Roscoche¹

Resumo: O presente trabalho busca analisar os resultados do projeto “Patrimônio cultural e turismo: potencialidades e riscos na região dos Campos Gerais” e verificar quais as possibilidades e limitações que a Região dos Campos Gerais apresenta, no sentido de buscar o desenvolvimento turístico regional. Para tanto foram analisadas as formas de regionalização concebidas por diferentes organizações, verificando como poderiam ajudar a compreender o processo de desenvolvimento turístico. É analisada ainda, a transição do processo de municipalização do turismo para o processo de regionalização do turismo. Conclui-se que a região dos Campos Gerais possui algumas potencialidades para o desenvolvimento turístico regional, embora os entraves sejam ainda maiores, sendo necessário medidas estratégicas para que as limitações sejam superadas e para que esta região possa se inserir e usufruir dos benefícios do desenvolvimento turístico regional.

Palavras Chave: Possibilidades e limitações; Desenvolvimento Regional do Turismo; Campos Gerais (PR); Municipalização; Regionalização.

Introdução

O projeto “Patrimônio Cultural e Turismo: Potencialidades e Riscos na Região dos Campos Gerais-PR”, surgiu através da iniciativa da Universidade Estadual de Ponta Grossa, através do Departamento de Geociências e com o apoio da Fundação Araucária.

O projeto utiliza-se de uma técnica de regionalização que está baseada em fatores históricos e sócio-econômicos para a delimitação de sua área. Isto tem por conseqüência uma interpretação mais abrangente para o que se entende como “Campos Gerais”.

Segundo Sahr e Lowen Sahr (2001), considerando-se as inter-relações sócio-regionais, propôs-se uma a delimitação de uma região turística no Planalto dos Campos Gerais, abrangendo 25 municípios, divididos em quatro elementos geométricos, tendo a cidade de Ponta Grossa como o ponto principal. A escolha da cidade de Ponta Grossa se dá pelo fato desta possuir mais de um quarto da população regional e, também, por possuir uma significativa infra-estrutura turística dispondo do maior número de leitos hoteleiros de toda a região, podendo, conseqüentemente, exercer a função de pólo de entrada e distribuição de turistas.

¹ Mestrando em turismo da Universidade de Caxias do Sul - Bolsista do CAPES

Almeida (2003) destaca em sua pesquisa que Ponta Grossa seria a cidade sede no desenvolvimento de um consórcio da microregião sul dos Campos Gerais que além de Ponta Grossa englobaria as cidades de Castro, Tibagi, Palmeira.

Exercendo de certa forma, uma função de um pólo de receptivo de turistas em um primeiro momento, e também exercer uma função de emissão de turistas para outras cidades com condições mínimas de atendimentos aos turistas. Um fluxo regular de turistas e, conseqüentemente, de renda poderá gerar uma demanda por serviços turísticos e que podem daí efetivamente serem construídos.

Destaca-se, ainda, o fato de que esta cidade possui atrativos turísticos de grande destaque no Estado, como o Parque Estadual de Vila Velha, um dos seis principais destinos turísticos do Estado (como demonstra a tabela 1) e que após um recente processo de recuperação realizado em conjunto com o IAP (Instituto Ambiental do Paraná) e o Ecoparaná (Empresa de Planejamento de Turismo), hoje encontra-se em operação, com inúmeros equipamentos e serviços a disposição de seus visitantes.

LOCAIS	ANOS / VISITANTES								
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Iguaçu	968 944	884 335	830 255	734 280	726 667	772287	767 157	735 775	645 832
Vila Velha	206 601	192 931	154 349	153 251	125 801	138 650	131 133	114 334	*
Campinhos	6 527	6 618	5 066	7 647	7 304	8 726	10 513	11 649	17 530
Arthur Thomas	96 313	113 322	111 899	129 246	145 755	144 335	159 550	98 508	98 215
Monge	57 275	60 475	58 588	41 290	32 793	36 837	38 734	55 710	95 877
Itaipu	437 310	345 397	343 953	352 017	346 775	371 126	370 571	339 467	307 807

FONTES: PARANÁ TURISMO, PARNAIGUAÇU, AMETUR, ITAIPU BINACIONAL

* o Parque encontrava-se fechado para manutenção

Tabela I – Principais Destinos Turísticos do Estado do Paraná

A cidade de Ponta Grossa em virtude de suas potencialidades regionais e do conjunto das estradas da região, é o ponto central do quadrilátero formado por Castro, Lapa, União da Vitória e Prudentópolis representando o esqueleto infra-estrutural da imagem turística proposta para o Planalto dos Campos Gerais. Essa estrutura compõe-se de quadro elementos geométricos, todos partindo de Ponta Grossa (Figura 1), sendo eles:

- O norte baseia-se num **ípsilon**, do qual fazem parte os trechos das PRs 151 e 340 nos Campos Gerais. Aí se destaca a produção pecuária. O ípsilon contém no tronco os

municípios Ponta Grossa, Carambeí e Castro e nas suas bifurcações os municípios de Pirai do Sul e Tibagi. Os rios fazem parte da bacia do Tibagi.

- O **ramo** Ponta Grossa-Prudentópolis passa por Imbituva e Guamiranga e tem como ramificações os municípios de Ivaí e Ipiranga. Apresenta-se como eixo turístico na região de mata de araucária, possuindo áreas de pequena lavoura e pequenas indústrias (serrarias, olarias e malharias). Os rios pertencem às áreas da cabeceira do Ivaí.
- A **linha** de Ponta Grossa até União da Vitória abrange nove municípios: Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Irati, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Paulo Frontin, Paula Freitas e União da Vitória. Esta linha segue, principalmente, o trecho da Estrada de Ferro, numa área de mata de araucária onde se encontram lavouras de colonos e caboclos, intermeadas por faxinais e plantações de mate.
- O **triângulo** Palmeira-Lapa-São Mateus do Sul inclui também os municípios de Porto Amazonas, São João de Triunfo e Antônio Olinto. Caracteriza-se, na sua parte oriental, por campos com fazendas e áreas de colonos russos-alemães e poloneses, e na sua parte ocidental, pela mata secundária com colonização predominantemente eslava (poloneses, ucranianos). A maior parte da área pertence à bacia do rio Iguaçu.

Figura I – Mapa da Região dos Campos Gerais (PR): eixos turísticos



Fonte: MATIAS, Lindon Fonseca, 2001

A região definida pertence principalmente a duas meso-regiões do IBGE-Instituto Brasileiro de geografia e Estatística: a "Centro-Oriente Paranaense" e a "Sudeste Paranaense". Foram incluídos ainda, por razões estratégicas de proximidade à Região Metropolitana de Curitiba, os municípios da Lapa e de Porto Amazonas, aumentando a população da região pesquisada para 855.477 habitantes. (SAHR; LOWEN SAHR, 2001)

Os resultados do projeto apontaram que a região em questão não possui atualmente uma infra-estrutura turística² qualitativa e quantitativamente adequada para o turismo regional de média duração (mais de dois pernoites). Hotéis de categoria média, com quantidade suficiente de leitos, existem apenas em alguns pólos urbanos, como Ponta Grossa e União da Vitória, e

² Para Barretto infra-estrutura turística é assim composta por infra-estrutura de acesso (estradas, aeroportos, etc); infra-estrutura urbana básica (ruas, praças, água esgoto, luz, asfalto, limpeza pública, etc); equipamentos e serviços turísticos (equipamentos e serviços construídos e que tem sua existência sustentada para uso exclusivo da atividade turística.

também, em escala menor, na Lapa, Tibagi, Prudentópolis e Castro. As pousadas são raras, dispersas e, muitas vezes, de difícil acesso.

Não existe ainda nenhuma divulgação categorizada e sinóptica das instalações turísticas em nível regional. Falta também uma divulgação conjunta dos principais atrativos turísticos regionais.

Segundo Almeida³ (2003, p.16) “uma das dificuldades encontradas diz respeito aos custos de investimentos nos municípios, tanto em infra-estrutura básica quanto em infra-estrutura turística, para dar qualidade de atendimento ao turista.”

Uma das questões para o desenvolvimento turístico regional na visão de Sahr e Löwen Sahr (2001) seria a busca por uma imagem turística regional que privilegie as peculiaridades locais ligadas a história de cada local e de seu cotidiano. Para tanto, os autores caracterizam vários complexos étnicos presentes na região e que representam uma potencialidade turística. Destaca-se assim:

- *A região dos russos alemães* nas cidades de Rio Negro, Lapa, Palmeira e Ponta Grossa, que ainda possuem vestígios da cultura material e imaterial desta etnia;
- *A região dos ucranianos* que abrange os municípios de Ivaí, Guamiranga, Imbituva, Irati, Rio Azul, Mallet, São Mateus do Sul, Antônio Olinto até União da Vitória, tendo como seu centro cultural em Prudentópolis. Segundo Sahr e Lowen Sahr (2001) uma das características típicas dessa etnia são as mais de 50 igrejas greco-católicas, marcantes pelas suas cúpulas de alumínio e pela beleza dos seus salões interiores, mas também sendo representativa as manifestações culturais como grupos folclóricos.
- *A região dos poloneses* em São Mateus do Sul, Palmeira e Ponta Grossa, aparecendo predominantemente nas matas próximas ao Rio Iguaçu. O epicentro da cultura polonesa encontra-se no município de São Mateus sua expressão máxima. Vários grupos folclóricos, museus e casas fazem parte do acervo da cultura polonesa encontrada nestes municípios;

³ Esta autora em sua dissertação de mestrado busca estabelecer estratégias para o desenvolvimento de ações e atividade a um turismo sustentável na Região dos Campos Gerais, por meio de um consórcio turístico, pois ela considera este como uma alternativa para a superação da falta de infra-estrutura e buscando assim um equilíbrio turístico regional. A idéia de consórcio utilizada pela autora estaria ligada a noção de Cluster, definida por Mário Carlos Beni.

- *A região dos holandeses* e menonitas localizada na parte setentrional dos Campos Gerais nos municípios de Carambeí, Castrolanda, Castro, Arapoti, e as colônias menonitas de Witmarsum (Palmeira) e Núcleo Leiteiro (Lapa) Sua cultura é caracterizada por uma agricultura modernizada, com um sistema de cooperativas bem estabelecido (ex. Batavo, Cancela).
- *A região dos caboclos* localizada atualmente nos municípios de Ivaí, Prudentópolis, Irati, Rio Azul, Rebouças. Sahr e Löwen Sahr (2001) destacam o fato de que com a expansão da colonização européia expulsou uma parcela significativa da população local para as matas mais densas próximas da Serra Geral, na região dos faxinais onde praticavam a uma agricultura mista de subsistência.

Na região do Segundo Planalto, a diferenciação socio-histórica se deu, principalmente, através de formações sócio-econômicas e tecnológicas, além dos padrões étnicos diferenciados. Sahr e Löwen Sahr (2001) apontam na região diversas culturas, a dos indígenas e a dos caboclos, como culturas tradicionais de uma agricultura de subsistência e de pequeno porte, a dos russo-alemães, dos ucranianos, dos poloneses e dos holandeses e menonitas, todas ligadas à história da imigração européia com uma agricultura familiar. Além disso, existem formações socio-tecnológicas como a produção de gado em larga escala, tradicional desde o século XVIII com o Caminho das Tropas, o complexo da erva-mate, a indústria madeireira e a agricultura modernizada. Vários elementos de transporte representam atrativos turísticos, principalmente, a navegação no Rio Iguaçu, a Estrada de Ferro e os Caminhões (Ponta Grossa). A arqueologia industrial nas minas de xisto (São Mateus do Sul), de Calcário (Itaiacoca) e dos diamantes (Tibagi), como também as olarias de Prudentópolis e em outras localidades, apresentam um determinado valor turístico.

As formações sócio-tecnológicas podem servir como âncoras de complexos turísticos que, na sua variedade criam interligações entre os municípios. Como exemplo tem-se “O Caminho das Tropas”, que reúne os municípios da Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro e Pirai do Sul através de uma ligação histórica. Este raciocínio, com uma lógica social e histórica, pode fornecer um mosaico amplo de interligações entre elementos de uma imagem turística variada, que pode ser trabalhado ao nível regional.

As regionalizações dos Campos Gerais

Um outro estudo inserido no projeto “Patrimônio Cultural e Turismo: Potencialidades e Riscos na Região dos Campos Gerais-PR” procurou analisar as diferentes formas de regionalização aplicadas por diferentes instituições na região dos Campos Gerais. Para tanto

foram analisados critérios de regionalização do: IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; das Associações de Municípios; as Regionais de Cultura; a regionalização turística do governo do Estado e ainda a forma como o PNMT - Programa Nacional de Municipalização se apresenta na região. Cada tipo de regionalização contribui de alguma forma para o entendimento do desenvolvimento regional e também do turismo.

Todas as regionalizações mencionadas apresentam alguma ligação com o turismo. A regionalização do IBGE, por exemplo, é excelente para entender o funcionamento interno da economia regional e avaliar a coesão e o estilo dos atores econômicos; isto inclui a atuação dos serviços e do comércio, tão importante para um bom desempenho do turismo. A regionalização das associações dos municípios serve para melhor determinar a dinâmica política duma região, avaliando principalmente as interações entre os seus dirigentes, o que facilitará a articulação entre os municípios na promoção do turismo. A regionalização cultural, serve para identificar alguns padrões culturais dominantes, que podem representar atrativos turísticos importantes ao nível regional. A forma como o PNMT se estruturou no Estado pode ser importante para compreender o grau de comprometimento dos municípios para com o turismo e podendo, ainda, servir como um indicativo do desenvolvimento turístico em termos organizacionais, uma vez que em cada fase do referido programa pressupõe a criação de um mecanismo que contribui para o desenvolvimento turístico como, por exemplo, o inventário turístico, campanhas de sensibilização e treinamento, criação de conselho, fundo municipal de turismo e, ainda, do plano municipal de desenvolvimento turístico.

Na primeira forma de regionalização proposta, através das mesoregiões, fica claro que as condições econômicas da área de atuação destas pesquisas está muito ligada ao meio rural, o que supõe que uma grande parcela das possibilidades turísticas deveria vir do ecoturismo e do turismo rural. Conseqüentemente, deverá se procurar uma integração entre a agricultura, as indústrias tradicionais e o turismo com um enfoque de planejamento.

Em relação a regionalização proposta pelas Associações de Municípios percebe-se que esta se assemelha em muito à regionalização proposta pelo IBGE. Critica-se no entanto a maneira como estas são conduzidas, uma vez que somente prefeitos e secretários fazem partes destas, (sendo que sempre existe a eleição de um dos prefeitos para a presidência de cada associação) não permitindo a participação de outros setores da sociedade. Um dos procedimentos que deve ser reavaliado é quanto à maneira como os municípios vêm aderindo às associações. Se num primeiro momento pode parecer um aspecto positivo, um fortalecimento político, a adesão de inúmeros municípios em uma mesma associação, sem a existência de um estudo de homogeneidade, a resolução de problemas comuns será ameaçada pela integração de municípios que dispõem de características diferentes dos demais. Um

segundo aspecto a ser examinado é a possibilidade real de atuação de uma associação numa região de grandes dimensões territoriais.

Já no que se refere as regionais de Cultura do Estado do Paraná, os critérios para tal regionalização levaram em consideração um agrupamento de municípios em regionais de cultura como veículo para intensificar as relações já existentes entre Secretários de Cultura com certos padrões geo-culturais.

As Regionais de Cultura se assemelham muito à configuração territorial das associações de municípios (embora não possuem tanta expressividade de atuação quanto estas). São realizadas inúmeras reuniões a fim de discutir uma política cultural regional, bem como a realização de eventos pelos municípios ou pela própria Secretária de Estado da Cultura.

Com relação ao turismo, as Regionais representam um Fórum onde se pode pensar a relação entre cultura e turismo. Até hoje, as políticas culturais e turísticas acontecem, muitas vezes, de forma separada, sem interação.

Ainda não existe uma regionalização propriamente dita para a área do turismo. Atualmente, são mais as associações de municípios que se dedicam a este aspecto. O Governo Estadual e a Paraná Turismo, por sua vez, tentam desenvolver alguns roteiros das mais diversas ordens em todo o Paraná, baseados em imagens regionais. Estes são divulgados através de suas revistas promocionais, que também podem ser encontrados em sua página na internet⁴. Trata-se, principalmente, dos chamados “roteiros”.

Numa análise mais detalhada, essa roteirização ou regionalização proposta pela Paraná Turismo mostra-se utópica e inexequível. Alguns roteiros apresentam distâncias significativas e vários dos municípios apontados não estão cientes de que fazem parte desses roteiros.

Percebe-se, com isso, que não existe uma visão regionalizada do turismo por parte do Governo Estadual. Observa-se, por sua vez, uma polarização da Paraná Turismo na implantação de roteiros e desenvolvimento de projetos, que em sua maioria se concentram em quatro regiões do Estado: na região leste do Estado (litoral), na região oeste (Foz do Iguaçu), na região norte (Maringá, Londrina, Campo Mourão etc) e na região dos Campos Gerais. Desta forma, se comprova que o planejamento turístico não apresenta nenhuma continuidade geográfica dentro do território Paranaense.

Além do aspecto da polarização de investimentos e de infra-estrutura em algumas regiões do Paraná e com isso a exclusão de outras regiões, percebe-se também que as regiões e roteiros propostos pela Paraná Turismo coincidem com a mesma rota das estradas do Anel da Integração, rodovias estas que estão sob o domínio de Empresas Concessionárias que

realizam a cobrança de pedágios. Desse modo, quanto maior for o fluxo de turistas sobre as rodovias, maior será o lucro das empresas concessionárias, pois é preferível que carros menores trafeguem em suas rodovias, já que estes provocam um desgaste menor se comparados aos caminhões.

No que se refere a atuação do PNMT - Programa Nacional de Municipalização do pode-se perceber que entre 1998 e 2000, o PNMT foi adotado em 1.476 municípios no Brasil . Levando em consideração que o país tem mais do que 5.500 municípios, isto significa que mais de 25% deles participam, de uma ou outra forma, no PNMT. Uma taxa bem elevada que mostra o grande valor do turismo na sociedade atual. O Paraná, com os seus 399 municípios no total, participou até o final do ano de 2000 com 170, ficando bem acima da média nacional. O fato de o Programa ser tão forte no Paraná e em Santa Catarina pode advir do fato que este conseguiu estabelecer um equilíbrio entre um elemento conservador e hierárquico através da atuação de técnicos dos Estados e um elemento participativo-popular com a metodologia ZOPP. (tradução do alemão para o português: Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos)

Desde o ano de 1996, o Paraná atuou com bastante eficiência e agilidade no Programa. Passou de 141 monitores municipais formados no primeiro ano para 408, em 2000, um aumento de 289% em um prazo de 4 anos. Já o número de municípios participantes passou de 33 no ano de 1996 para 101 no em 2001, registrando assim um crescimento de 306% no prazo de 5 anos. No final do ano de 2001, o Estado possuía 215 municípios envolvidos (engajados e em processo), ou seja, o equivalente a 53% do total de municípios, sendo que 152 possuíam monitores municipais com 1ª e 2ª fases concluídas, perfazendo um total de 617 monitores e multiplicadores estaduais capacitados.

Já em julho de 2002, a Paraná Turismo registrou o engajamento total de 228 municípios envolvidos, sendo que 193 possuem monitores municipais com as 1ª e 2ª fases concluídas, perfazendo um total de 756 monitores e multiplicadores estaduais capacitados. Cabe ressaltar que, por alguma razão, o ano de 2002 foi um ano de menor avanço em comparação com o ano anterior. É preciso considerar, contudo, que em 2001 surgiram os maiores índices da história do PNMT no Estado do Paraná e parece que o programa já alcançou uma certa saturação.

Numa análise regionalizada, revela-se que a participação no PNMT não está igualmente distribuída em todo o Estado do Paraná. Dominam principalmente as regiões tradicionais, como a Região Metropolitana de Curitiba, os Campos Gerais e a Mata de Araucária, como também os Campos de Guarapuava e Palmas e o Norte Velho. Focos mais

⁴ Disponível em www.pr.gov.br/turismo , acesso em 15/03/2000

isolados de uma atuação mais intensa são ainda as regiões de Campo Mourão e de Cascavel. Surpreendentemente, o Norte e Noroeste do Estado, geralmente muito mais ágeis em termos econômicos, não acompanham esta evolução. Isso pode indicar que o turismo é visto mais como uma alternativa econômica em regiões com certas dificuldades econômicas do que um elemento expansivo de economias com melhor empenho. Isto explicaria porque, em muitos casos, as cidades pequenas e o meio rural, onde existe ainda um alto índice de pequena agricultura ou onde operam fazendas de criação em crise, predominam na atuação.

Surpreendentemente, é que exatamente a região do Projeto se destaca entre todos os municípios do Paraná na implementação do PNMT. Conforme dados da Paraná Turismo de 2002, 23 dos 25 municípios (96 %) encontram-se, de alguma forma, envolvidos neste Programa.

Embora muitas críticas possam ser dirigidas ao PNMT, torna-se válido salientar que este trouxe muitos aspectos positivos para o Estado do Paraná, fazendo com que não só a discussão da atividade turística tivesse maior projeção nos municípios, mas principalmente pela sua contribuição aos municípios para a auto gestão do turismo através da criação de mecanismos como inventário turísticos, formação de conselhos e fundos municipais de turismo, planos municipais de turismo e também por incentivar a participação popular na busca de um “turismo sustentável”.

Vários assuntos diferenciados de caráter regional poderiam ser utilizados como temas turísticos, como por exemplo, a existência de uma região polonesa, com o centro São Mateus do Sul, uma região Ucrâniana, com o centro Prudentópolis, a região holandesa com o centro Carambeí, a região russo-alemã com o centro Ponta Grossa e uma região dos faxinais entre Prudentópolis e União da Vitória. Além disso, existem outros elementos que reúnem diferentes municípios através das suas culturas populares. As linhas de transporte, tem naturalmente esta função. É o caso do Rio Iguaçu, com os seus antigos portos, e das Estradas de Ferro, com as suas antigas estações.

Uma abordagem regional do desenvolvimento turístico não impede elementos participativos quando relaciona à história completa de suas populações. Pelo contrário, respeitaria muito mais as antigas ligações entre os municípios através das relações sociais que sempre ultrapassaram os limites autoritários dos governos estaduais e federais. Como é citado no Plano Nacional de Turismo (Macroprograma de Estruturação e diversão da oferta turística – Regionalização do Espaço Turístico):

A importância do turismo no desenvolvimento regional reflete-se no planejamento estratégico do setor, o qual deve contemplar uma distribuição espacial mais eficiente e justa dos recursos e atividades econômicas.

A consolidação de uma política regional de turismo poderia possibilitar uma maior representatividade econômica, política e turística. Pois reunidos e organizados em uma região que possui potencialidades culturais, naturais e políticas em comum, sua representatividade seria maior não apenas no mercado turístico, mas, principalmente, frente aos órgãos governamentais, que certamente despenderiam de uma maior atenção.

Da municipalização à regionalização

Em agosto de 2003 o Ministério de Turismo realiza uma oficina para repensar o PNMT- Programa Nacional de Municipalização do Turismo e também para discutir o Macro Programa 4 do Plano Nacional de Turismo intitulado Programa de Regionalização do Turismo.

Concluiu-se na ocasião que o PNMT se extingue como Programa Nacional estruturante, embora a municipalização continue sendo incentivada em alguns Estados e municípios que considerarem necessário o desenvolvimento dos pressupostos do programa. Passam, assim, a existir ações municipais voltadas a sensibilização, organização, inventariação, planejamento e comercialização. O município será assim como apontam as conclusões, uma célula para o desenvolvimento regional e que servirá como um fortalecedor do processo de desenvolvimento regional. Salienta-se ainda o fato de que a criação de conselhos de turismo será incentivada mas não imposta, da mesma forma que o fundo municipal poderá ser um instrumento opcional.

Mas reconhecendo os benefícios do PNMT e a necessidade de desenvolvimento regional o Ministério considerou a integração entre municipalização e regionalização de modo que se insiram nas políticas públicas de Estado e dos municípios.

Almeida (2003, p 158) nos dá um exemplo muito claro da importância das políticas municipais de turismo e sua relação com o regional, pois segundo ela:

o desenvolvimento local apresenta-se como uma teoria do desenvolvimento da região que tem um novo paradigma endógeno, territorial, auto-concentrado. O desenvolvimento local, é antes de tudo a flexibilidade, opondo-se à rigidez das formas de organização clássica, uma estratégia de diversificação e de enriquecimento de atividades sobre um dado território base de mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, opondo-se às estratégias centralizadas de manejo do território. Ele encarna a idéia de uma economia flexível, capaz de adaptar-se a dados mutáveis, e constitui alternativa para a economia das grandes unidades. A política de desenvolvimento local implica igualmente estratégias de financiamento e de formação, e passa pela descentralização dos níveis de decisão política, econômica e financeira. O desenvolvimento local tem conteúdo regional ou mesmo microregional nos países desenvolvidos, mas pode ser aplicado ao Terceiro Mundo países em seus conjuntos.

Segundo a avaliação do Ministério do Turismo, dentre as contribuições prestadas pelo PNMT, está a integração e discussão de conceitos e princípios sobre a atividade turística entre os diversos setores da sociedade. Ao mesmo tempo, registra-se o despertar da cidadania, da auto-estima e o interesse pela participação efetiva da população no processo de gestão da atividade e de modo a buscar um modelo de desenvolvimento sustentável.

Em termos organizacionais e de gestão turística, houve a criação de muitos órgãos representativos como conselhos, fóruns e fundos, ao mesmo tempo que houve um processo de maior integração e organização dos setores da sociedade nas mais diversas escalas, havendo também uma maior divulgação dos municipais e uma maior procura por investimentos neste setor.

Atribui-se como efeitos positivos do PNMT uma melhoria da infra-estrutura básica e turística e dos equipamentos e serviços, bem como maior geração de fluxos e rendas geradas pelo turismo. Teria-se ainda, gerado uma demanda por mão-de-obra qualificada, que por consequência fez com surgissem inúmeros cursos técnicos e profissionalizantes.

Por outro lado, no tocante aos aspectos negativos, ou dificuldades enfrentados pelo programa (e que representam um número superior aos aspectos positivos), o Ministério destaca as falta de articulação entre os diversos setores da sociedade e intra-governamental, prejudicando assim a execução de tarefas conjuntas. A falta de comunicação entre os envolvidos, a fragilidade e descontinuidade e falta de poder decisório nas esferas políticas, acabam provocando conseqüentemente a descontinuidade dos monitores de turismo. Destaca-se ainda dificuldades como falta de recursos para a realização das oficinas bem como para a execução das ações em nível municipal prejudicando assim a execução das ações planejadas. De um modo geral, enfrenta-se nas mais diversas escalas a escassez de pessoal seja para a condução das oficinas ou dos comitês estaduais.

Segundo o Plano Nacional de Turismo (Macroprograma de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística) embora o PNMT tenha gerados muitos benefícios no tocante a conscientização do turismo, chegando até mesmo produzir importantes processos de planejamento regional integrado, este teria apresentado de início um equívoco estratégico em sua implantação, pois o modelo presumia a conhecimento prévio do espaço turístico nacional (conhecimento este que não se tinha e ainda hoje não se tem) para que daí então se remete-se ao RINTUR-Relatório do Inventário Turístico Nacional. Com isso queimou-se uma das etapas o que acabou prejudicando de maneira significativa o processo, pois os municípios se auto-intitularam como municípios detentores de vocação turística.

O programa de regionalização se embasa em conceitos e na metodologia de espaço turístico de Roberto Boullón (2002) . Parte-se no pressuposto de que o espaço turístico apresentaria-se de modo descontínuo por isso:

não se pode recorrer às técnicas de regionalização para proceder sua delimitação, eis que assim teríamos de considerar toda a superfície do país, ou de regiões, estados e municípios no estudo e se fizéssemos isso cometeríamos o erro de considerar como turísticas vastas área que, na verdade, não possuem uma seqüência linear continua de atrativos. Isso nos leva a concluir que regiões não existem (...) (Macro-programa de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística)

Por esta razão é que o referido programa convencionou chamar as áreas com atrativos turísticos como “espaços turísticos”. Para a identificação e delimitação deste “espaço turístico” são utilizadas procedimentos sistemáticos e específicos que trabalham as seguintes categorias: Zona, área, complexo, centro unidade, núcleo, conjunto corredor, corredor de traslado e corredor de estadia.

O Ministério do turismo por meio da Comissão de Estudos de Regionalização da Secretaria de Políticas de Turismo deverá proceder o inventário do espaço nacional, destacando zonas de aptidão e vocação turística em potencial e ainda para tanto buscará integrar os diversos banco de dados existentes nos órgãos federais, estaduais e municipais.

Considerações finais:

Segundo Beni (2003, p. 113) pesquisas recentes (PHILLIPS, 1998 e HALL, 2001) identificam que o conceito e a estrutura da regionalização do turismo começam tomar novos rumos, onde estas estão sendo desenhadas com o intuito de responder a aos problemas econômicos, a competitividade territorial, demanda dos turistas, etc. O mesmo autor considera que “diante dos efeitos ampliadores da globalização, surgiram estratégias globais para identificar, desenvolver e comercializar o turismo de base local em *clusters*.”

Considera-se um *cluster* turísticos:

O conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico delimitado, dotado de equipamentos e serviços de qualidade, de eficiência coletiva, de coesão social e política, de articulação da cadeia produtiva e de cultura associativa, e com excelência gerencial em redes de empresas que geram vantagens estratégicas comparativas e competitivas. (Beni, 2003 p.74)

As fronteiras do *cluster*, segundo Beni (2003, p. 114), devem abranger instituições e sistemas produtivos integrados vertical e horizontalmente, de modo que possam garantir a ampliação de sistemas produtivos integrados. Ressalta ainda, a necessidade de uma concentração geográfica setorial onde coexistem cooperação e competição através de mercados segmentados, apresentando produtos diferenciados, diversidade tecnológica,

eficiência coletiva. O autor destaca a necessidade de existência da coesão social e política, assim como uma cultura associativa.

Verificado o conceito de *cluster* turístico e os resultados do projeto “Patrimônio cultural e turismo: potencialidades e riscos na Região dos Campos Gerais-PR” pode-se afirmar que embora existam potencialidades (principalmente em termos de atrativos turísticos diferenciados e até mesmo de tentativas de consolidação de entidades regionais de turismo) para o desenvolvimento de um turismo regional e integrado, são ainda numerosos os entraves para a efetivação destes processo pelas seguintes razões:

- Nos Campos Gerais a necessidade de um política regional de turismo e não apenas de projetos setoriais como vêm acontecendo;
- Diferentemente da proposta de desenvolvimento regional empreendida pela Universidade de Caxias do Sul, (através do projeto de Implantação do *Cluster* da Serra Gaúcha), e que possui uma ampla presença e atuação na região, com diversos Campis e com dezenas de municípios em sua área de influência a Região dos Campos Gerais não possui nenhuma intuição e tão pouco uma Universidade que possua esta presença e poder de atuação. Ressalta-se a importância da universidade no processo de consolidação do *cluster* uma vez podem garantir a sustentabilidade política do processo. Segundo Almeida (2003, p. 221) os *clusters* devem ser monitorados pelas Universidade (projetos, agentes institucionais envolvidos), estas têm que ser mediadoras, centros de excelência, desenvolvendo trabalhos interdisciplinares suprapartidários. Segundo o projeto de implantação do *Cluster* da Serra Gaúcha:

A Universidade, simbolizando o conjunto ativo e produtivo das várias gerações, tem no tripé ensino-pesquisa-extensão suas ações básicas. Hoje, outro componente agrega-se a esses três, o da prestação de serviços e, com ela, a oportunidade de co-participar intensamente nos processos estruturadores e facilitadores do desenvolvimento regional e dos avanços científicos e tecnológicos.

- A falta de coesão social e política, assim como uma cultura associativa são talvez os fatores mais preocupantes do processo de regionalização do turismo nos Campos Gerais, onde as questões municipais se sobrepõem ao regional, diferentemente da Região da Serra Gaúcha onde historicamente a preocupação com as questões regionais permeiam as políticas públicas e a sociedade civil. A constatação da polarização do processo de desenvolvimento turístico em alguns municípios do Estado e também o sucesso do PNMT demonstram a priorização pela escala municipal em detrimento da regional. De maneira equivocada, os órgãos oficiais de turismo no Estado e da região tratam a questão regional de maneira setorial através de desenvolvimento de projetos temáticos e pontuais

desvinculados e uma proposta mais abrangente. A cultura associativa para o turismo por sua vez, é dificilmente encontrada, percebida em casos pontuais e isolados.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Simone Aparecida Pinheiro de. **Desenvolvimento Regional do turismo em áreas com potencial cultural e natural:** gestão compartilhada na Micro-região dos Campos Gerais-PR. 2003.288 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Santa Catarina, Balneário Camburiú, 2003

BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo.** 7ª ed. Campinas (São Paulo): Papirus, 2002.

BENI, Mário Carlos. **Globalização do turismo:** megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003

_____. **Análise Estrutural do Turismo.** São Paulo: SENAC, 2001

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico.** Bauru: EDUSC, 2002

MATIAS, Lindon Fonseca. **Eixos turísticos dos Campos Gerais (PR).** 2001. Campos Gerais, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa. Departamento de Geociências - Laboratório de Geoprocessamento, 10,84 x 13,68 cm. 1 mapa preto e branco.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen; SAHR, Wolf Dietrich Johanes. A imagem turística dos Campos Gerais. In: DITZEL, Carmencita de H. Mello; SAHR, Cicilian L. Löwen (Orgs.). **Espaço e Cultura:** Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 13-36.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL – **Proposta de Criação do Núcleo de Pesquisa em Turismo e Desenvolvimento Regional.** Caxias do Sul, 2003

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL – **Proposta de Projeto de Implantação do Cluster Turístico da Serra Gaúcha.** Caxias do Sul, 2003